



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

12/02/2015 ATÉ 12/02/2015



ÍNDICE

1	CEMULHER	
	1.1 BLOG JOHN CUTRIM.....	1
2	CNJ	
	2.1 SITE JUSBRASIL.....	2
3	COMARCAS	
	3.1 SITE JUSBRASIL.....	3
4	DECISÕES	
	4.1 BLOG DO DJALMA RODRIGUES.....	4
	4.2 IMIRANTE.COM.....	5
	4.3 SITE G1.....	6
5	EXECUÇÕES PENAIS	
	5.1 SITE JUSBRASIL.....	7
6	JUIZES	
	6.1 BLOG LUÍS CARDOSO.....	8
7	VARA DA FAZENDA PÚBLICA	
	7.1 SITE CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	9
	7.2 SITE JUSBRASIL.....	10 11
8	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
	8.1 PORTAL DO MARANHÃO.....	12
	8.2 SITE G1.....	13

POLITICANDO

TRE convoca sessão extraordinária

para o dia 24 de fevereiro

Os membros do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão convocaram sessão extraordinária para o dia 24 de fevereiro, às 15h. A maioria dos processos em pauta trata de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE).

Para c l Leite e Eduardo Moreira. Funciona como procurador regional eleitoral Regis Richael Primo da Silva.

Em fevereiro, a Corte do TRE já se reuniu para julgamento nos dias 2, 3, 9 e 10.

AL debate medida provisória

que afeta trabalhadores

Os trabalhadores cuja data da dispensa seja a partir de 28 de fevereiro de 2015 vão enfrentar as novas "travas" no acesso ao seguro-desemprego. Essa data foi estabelecida pela Medida Provisória 665, publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro do ano passado.

Conforme a redação da MP 665, as novidades entrariam em vigor 60 dias depois da publicação da Medida Provisória, ou seja, 28 de fevereiro. Sobre as mudanças, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) informou ontem (10), ao Broadcast, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado que "as providências nesse sentido estão sendo tomadas" e que "o Sistema Mais Emprego está sendo adequado para atender às novas exigências da Medida Provisória, no prazo estabelecido pela MP 665/2014".

Laboratório deve indenizar mãe

por erro em diagnóstico de feto

Um laboratório de análises clínicas foi condenado ao pagamento de R\$ 5 mil, a título de indenização por danos morais, a uma mãe que deu à luz uma criança diagnosticada com má formação congênita somente após o nascimento, por não ter sido o fato detectado nos exames ultrassonográficos feitos no laboratório. A decisão é da 2ª Câmara Cível do TJMA, que reformou sentença da 9ª Vara Cível da capital que julgara o pedido improcedente.

Governo desiste de estender

horário de verão

O ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, disse nesta quarta-feira (11) que o governo desistiu da proposta de estender o horário de verão. De acordo com ele, estudos indicaram que a economia de energia gerada nesse período seria muito pequena e, portanto, ela não valia a pena. A decisão foi tomada durante uma reunião entre Braga e a presidente Dilma Rousseff, em Brasília.

País precisa reduzir gasto de energia com urgência, dizem especialistas

O governo estudava ampliar em um mês o horário de verão, que está em curso desde o dia 19 de outubro com previsão de término em 22 de fevereiro, para economizar energia.

AO PÉ DO OUVIDO

Começou, desde ontem, a revoada de políticos para o interior do Maranhão. Vão passar o Carnaval junto às bases, já de olhos nas eleições municipais de 2016.

&&&

A deputada opositora Andrea Murad vem conquistando espaços na Assembleia Legislativa. Mesmo sem chances em votações, usa a tribuna quase que diariamente.

&&&

O prefeito de Tuntum, Cleomar Tema deve realizar um dos mais animados carnavais dos últimos anos em sua cidade.

&&&

O PT quer processar o delator da Lava Jato que garantiu que parte do dinheiro desviado da Petrobrás foi para o partido.

Judiciário e órgãos do Governo discutem sobre atendimento às vítimas de violência

Com o objetivo de consolidar parcerias para implantação da rede de atendimento integrado às vítimas de violência no Estado, as coordenadoras do Centro Estadual de Apoio às Vítimas (CEAV), juízas Sônia Amaral e Sara Gama, reuniram-se com o secretário-chefe da Casa Civil, Marcelo Tavares, e o secretário estadual de Direitos Humanos, Francisco Gonçalves, na segunda (9) e terça-feira (10), respectivamente.

Durante as reuniões, as magistradas apresentaram as ações iniciais já implementadas pelo Centro e ressaltaram a necessidade de se ampliar a rede de atendimento às vítimas de violência no âmbito estadual, envolvendo todas as instituições que atuam nessa área.

"Os representantes do Governo demonstraram interesse em somar com o CEAV, que é um serviço a ser ofertado à população, de forma integrada, pelo Judiciário e o Executivo. Os secretários demonstraram muita preocupação com o tema, motivo pelo qual saio das reuniões mais fortalecida e na certeza de que a parceria tende a crescer", declarou a juíza Sônia Amaral.

O secretário da Casa Civil, Marcelo Tavares, reconheceu a importância do serviço, e disse que a área de Direitos Humanos será responsável por articular as ações necessárias.

Para Francisco Gonçalves, a articulação com o CEAV é relevante no conjunto de ações que a secretaria está se propondo a fazer nesta gestão. "Temos como meta consolidar o Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita), já implementado pelo Governo e o CEAV. A iniciativa do Judiciário vem ao encontro do trabalho de ampliação desse tipo de atendimento no Estado", disse.

Também participaram da reunião, o secretário-adjunto de Direitos Humanos, Igor Almeida, a coordenadora administrativa do CEAV, a advogada Rosa Serra e a coordenadora dos Centros de Defesa às Pessoas Vítimas de Violência, psicóloga Rossana Câmara.

CEAV - O CEAV atua como um órgão articulador no atendimento a vítimas de violência. O serviço adota uma sistemática de trabalho com equipe multiprofissional, que recebe as vítimas e seus familiares. Conforme o caso, identifica as situações de urgência, define a assistência necessária (se jurídica, social ou psicológica) e orienta sobre os procedimentos imediatos e medidas legais cabíveis, fazendo também o acompanhamento dos processos judiciais.

Corregedoria de Justiça esclarece sobre falta de juiz na Vara de Interdição

O Blog denunciou ontem a ausência de juiz na Vara de Interdição, Sucessão e Alvará do Fórum de São Luís há meses. (Reveja)

Nesta quinta-feira (12), a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão encaminhou nota esclarecendo sobre a denúncia.

Leia abaixo na íntegra:

Em virtude de "denúncia" recebida por este blog sobre a ausência de juiz na Vara de Interdição, Sucessão e Alvará do Fórum de São Luís, a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão apresenta os seguintes esclarecimentos:

1. A Corregedoria da Justiça, como vem fazendo em todas as outras situações, sempre designou juízes para responder pela respectiva unidade judicial, dentre os quais a juíza Sara Fernanda Gama, Gustavo Henrique Silva Medeiros e atualmente, em virtude das férias do juiz Itaércio Paulino da Silva, encontra-se respondendo pela Vara de Interdição da capital a juíza Samira Barros Heluy;

2. Informa que os processos estão sendo analisados pela equipe de servidores e pelos juízes designados, no sentido de dar continuidade à tramitação processual da unidade. De novembro até o início de fevereiro - considerando o mês de recesso do Judiciário, período em que algumas atividades ficam suspensas -, já foram julgados 193 processos na unidade;

3. A Corregedoria da Justiça reforça que tem envidado todos os esforços para manter o bom funcionamento da Justiça em todo o Estado e que este trabalho está resultando na garantia da boa prestação dos serviços judiciais à população sem que haja qualquer interrupção dos mesmos.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

Consumidora de Imperatriz deve ser indenizada pela Caema - Imirante.com/Imperatriz

Divulgação|

IMPERATRIZ - A Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) terá que pagar indenização de R\$ 12 mil, por danos morais, a uma consumidora de Imperatriz que teve o nome incluído indevidamente nos cadastros de inadimplentes.

A decisão é da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), que verificou os dados dos titulares dos três imóveis em situação de inadimplência divergiam com os da consumidora, inclusive o nome e o CPF.

Na defesa, a Caema apontou como motivo da cobrança o fato ser comum a mudança de titularidade nas faturas de água e esgoto por locatários e recém-compradores de imóveis. Segundo a empresa, muitos não solicitam a transferência da titularidade ao final da locação ou depois da mudança de endereço.

Os argumentos da defesa não convenceram o relator, uma vez não foram apresentadas provas de que a consumidora tenha estado ou utilizado os serviços de fornecimento de água em alguma das três residências apontadas pela Caema.

O entendimento foi de que os fatos causaram dano moral foram cumpridos, devendo a Caema, como fornecedora de serviços, ter mais cuidado na cobrança de seus créditos, sob pena de suportar o risco profissional de causar algum dano ao consumidor, como a inclusão indevida em cadastros de inadimplentes.

Juiz estipula multa diária de R\$ 5 mil ao prefeito, Leonardo Barroso Coutinho, caso ele não resolva os problemas da maternidade

A decisão é do juiz da Infância e da Juventude de Caxias, Antonio Manoel Araújo Velôzo

A decisão atende à Ação Civil Pública com Pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela interposta pelo Ministério Público Estadual em face do Município de Caxias de modo a que sejam solucionadas imediatamente as irregularidades apontadas no Relatório de Inspeção Sanitária realizada pela Vigilância Sanitária Estadual na maternidade.

Entre as exigências sanitárias constantes do relatório, a “contratação de pessoal especializado - a exemplo de médico pediatra com área de atuação em neonatologia para responsável técnico na UTIN”; enfermeiro e fisioterapeuta especialistas em terapia intensiva ou outra especialização relacionada à paciente grave (neonatal); equipamentos; capacitação de pessoal e outras. O magistrado estipula ainda multa pessoal diária de R\$ 5 mil ao prefeito do município, Leonardo Barroso Coutinho, para o caso de descumprimento da decisão. Veja a reportagem de Ricardo Rodrigues

Vara da Fazenda Pública de São Luís implanta excelência de gestão

A 9ª Vara da Fazenda Pública de São Luís vai aderir ao Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, visando à melhoria da gestão voltada para resultados e com foco no cidadão. Na segunda-feira (9/2), servidores e o juiz titular da unidade, Raimundo Nonato Neris Ferreira, participaram de reunião técnica com a coordenadora de Capacitação do Núcleo da Excelência Pública no Maranhão (NEP), Leidismar Nalasco, para definir os detalhes da adesão.

O juiz Raimundo Ferreira explicou que a implantação do programa, entre outras melhorias, possibilitará à 9ª Vara da Fazenda Pública o cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Tribunal de Justiça do Maranhão para 2015. "Contribuirá, principalmente, para um melhor atendimento ao jurisdicionado", destacou o magistrado.

Após a adesão ao programa, segundo Leidismar Nalasco, os próximos passos serão a realização do diagnóstico organizacional; a implantação das ferramentas de gestão como as pesquisas de satisfação e de cultura; e a implementação do planejamento estratégico com as metas e indicadores estabelecidos pela 9ª Vara, primeira unidade judiciária no Maranhão a aderir ao programa criado em 2005 e que já conta com cerca de 100 organizações públicas no estado.

Cultura - Para Felipe Fróes, assessor da 9ª Vara da Fazenda Pública, a solução de muitos problemas enfrentados pelo Judiciário passa também pela gestão. "Vamos aplicar esse programa para melhorar a gestão de nossa unidade judicial, implementando a cultura da excelência", afirmou. A iniciativa busca maximizar os resultados gerenciais, simplificar e desburocratizar processos, baseando-se nos princípios constitucionais e na arte de gerenciar.

A coordenadora do NEP-Maranhão ressaltou que a 9ª Vara, exclusivamente dedicada à execução fiscal, estabeleceu estratégias para implantação do modelo de excelência, como a reestruturação física da unidade; a reorganização e a implementação do programa de qualidade 5S; a criação da logomarca da vara; e a definição de parcerias com outras instituições para melhorar o planejamento. Também implantará a reciclagem de papel, contribuindo para a responsabilidade e controle sociais.

Fonte: CGJ-MA

Caema terá indenizar cliente que teve nome negativado indevidamente

A Companhia de Água e Esgoto do Maranhão (Caema) terá que pagar indenização de R\$ 12 mil por danos morais a uma consumidora de Imperatriz, no Maranhão, que teve o nome incluído indevidamente nos cadastros de inadimplentes, segundo decisão da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA). A informação foi divulgada pela assessoria do órgão nesta quinta-feira (12).

Ao analisar o processo, o desembargador relator Cleones Cunha verificou que os dados dos titulares dos três imóveis em situação de inadimplência divergiam com os da consumidora, inclusive o nome e o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF).

A Caema alegou que é comum a mudança de titularidade nas faturas de água por locatários e recém-compradores de imóveis e que muitos não solicitam a transferência da titularidade ao final da locação ou depois da mudança de endereço.

Como não foram apresentadas provas de que a consumidora tenha estado ou utilizado os serviços de fornecimento de água em alguma das três residências apontadas pela Caema, o relator entendeu que os fatos geradores do dano moral foram cumpridos, devendo a Caema, como fornecedora de serviços, ter mais cuidado na cobrança de seus créditos, sob pena de suportar o risco profissional de causar algum dano ao consumidor, como a inclusão indevida em cadastros de inadimplentes.

Juizado vai fiscalizar presença de menores no carnaval de Caxias, MA

O carnaval é a festa popular mais celebrada no país. E como se tornou um elemento natural na cultura brasileira é natural que as crianças também façam parte desse contexto. Mas para que os pais ou responsáveis não tenham futuras dores de cabeça, o Juizado da Infância e Adolescência promete fiscalizar, com rigor a presença de menores em locais e horários proibidos durante o carnaval em Caxias, a 360 km de São Luís.

O objetivo da Justiça é estabelecer regras com a finalidade de preservar crianças e adolescentes e garantir a segurança deles durante o carnaval. O juiz da Vara da Infância e da Adolescência de Caxias, Manoel Araújo Velozo, acaba de comunicar por meio de uma portaria as regras de permanência de crianças e adolescentes em desfiles de escolas de samba e bailes de carnaval.

De acordo com o magistrado, as regras se referem a três níveis de faixas etárias: menores de até seis anos, de seis a doze anos e acima de doze anos. Segundo ele, a permanência desse público nas festas de carnaval só poderá ser até às onze horas da noite. O juiz acrescenta ainda que os menores precisarão ter uma autorização através de alvará judicial.

"De seis até os doze anos incompletos participa até às 23h. Pode ser desacompanhado dos pais, mas exige um alvará, uma autorização através de alvará judicial. E as acima de doze anos podem participar, também, até às 23h acompanhados, por exemplo, de um parente, de uma pessoa responsável de dezoito anos devidamente autorizado pelos pais", explica.

Uma equipe do juizado da cidade de Caxias irá fazer a fiscalização nos locais de festa e os desrespeitos às determinações judiciais poderão resultar em punições aos pais ou responsáveis do menor.

Unidades judiciais do Maranhão serão contempladas com o Selo ENASP

Um total de 20 unidades judiciais do Maranhão receberá o Selo Enasp concedido pelo Conselho Nacional de Justiça e demais órgãos que integram o Comitê Gestor da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP).

A outorga do Selo tem por objetivo recompensar o esforço de servidores e magistrados das unidades que, ao longo de 2014, levaram a julgamento crimes contra a vida. Das 131 unidades contempladas, 12 receberão o Selo Prata e 119 receberão o Selo Ouro.

Com 20 unidades premiadas, o Maranhão figura em 2º lugar entre os agraciados com o Selo, perdendo apenas para São Paulo, com 26 unidades. Piauí (17), Paraná (16) e Goiás (15) integram a lista dos tribunais com maior número de unidades a receber o Selo Enasp.

As unidades premiadas pelo cumprimento de duas das três metas de persecução penal da Estratégia serão informadas pelo CNJ aos Tribunais de Justiça até o final de fevereiro.

Marta Barros/ com informações do CNJ

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão asscom_cgj@tjma.jus.br asscomcgj@gmail.com
www.facebook.com/cgjma

(98) 3198-4636/ 3198-4624

Timbiras - comarca anuncia seleção de projetos para receber recursos da Justiça

Edital assinado pelo titular da Comarca de Timbiras, juiz Alessandro Arrais Pereira, torna pública a seleção para projetos que irão obter recursos arrecadados pela unidade durante o ano de 2015. De acordo com o documento, as inscrições para a seleção acontecem no período de 02 a 13 de março, de segunda à sexta-feira, das 8h às 18h, no Fórum (Rua Manoel Gonçalves de Almeida, nº 948, Forquilha). O prazo máximo para a seleção dos projetos será 20 de março, sendo divulgado o resultado um dia após a escolha, reza o edital.

Podem participar da seleção entidades públicas ou privadas regularmente constituídas, com comprovada finalidade social, relativa à segurança pública, ressocialização de presos, assistência de vítimas de crimes, educação ou saúde. A entidade deverá ainda disponibilizar vagas para cumpridores de penas restritivas de direito, na modalidade prestação de serviços à comunidade. A execução do projeto deve se dar no decorrer do ano de 2015.

O número de vagas para cumpridores de penas restritivas de direito e os serviços de maior relevância social são critérios da seleção.

Entre a documentação a ser apresentada, o projeto a ser desenvolvido no âmbito da comarca; certidões de antecedentes cíveis e criminais emitidas por órgãos da Justiça Estadual e Federal de Timbiras e São Luís, bem como de comarcas onde os dirigentes das entidades tenham residido nos últimos cinco anos, e certidões de quitação de tributos federais, estaduais e municipais.

No caso de não haver interessados ou aptos, o Juízo decidirá a destinação das verbas arrecadadas.

Confira a íntegra do edital em anexo

Marta Barros

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão asscom_cgj@tjma.jus.br asscomcgj@gmail.com
www.facebook.com/cgjma

(98) 3198-4636/ 3198-4624

Curso de Técnicas Administrativas é concluído em São Luís

O curso de Técnicas Administrativas, destinado a apenados cumprindo pena restritiva de direito na modalidade de prestação de serviço à comunidade e privativa de liberdade no regime aberto/prisão domiciliar, foi encerrado nesta segunda-feira (9), na Escola de Gestão Penitenciária, no Outeiro da Cruz. O curso é resultado da parceria entre SENAC, Sejap, Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário- UMF e 2ª Vara de Execuções Penais-TJ.

De acordo com informações da VEP, a realização desse curso teve por base a demanda de atividades de execução penal da unidade judicial, direcionado aos cumpridores de Prestação de Serviço à Comunidade e alguns do Regime Aberto, utilizando alguns critérios como interesse no curso, disponibilidade de horário, apresentação da documentação necessária (RG, CPF, comprovante de residência e de escolaridade), entre outros.

Foram oferecidos dois cursos: Técnicas Administrativas e Comportamento e Postura no Trabalho, ministrados por monitores do SENAC. O curso é uma oportunidade para as pessoas que cumprem pena receberem capacitação profissional e ainda diminuir suas penas, melhorando sua qualificação profissional e aumentando as suas oportunidades de ingressar no mercado de trabalho, ressaltou Fernando Mendonça, titular da 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís.

E continua: Se nós conseguirmos contribuir para que, pela menos uma pessoa, dentre as certificadas neste curso, aprimore as suas habilidades pessoais, e, por meio disso, alcance uma vaga no mercado de trabalho, o nosso esforço já valeu a pena. Por outro lado, a nossa grande meta é atrair para o sistema de execução penal a experiência de todo o Sistema S, incluindo o SEBRAE, SEST, SENAI.

Parceiros - Cada parceiro se mobiliza para a realização do projeto, sendo que a equipe da 2ª VEP faz a divulgação, seleção, inscrição e acompanhamento dos alunos; a SEJAP cede o espaço físico para a realização das aulas; o SENAC ministra as aulas, entrega material didático e certifica os participantes; a UMF auxilia no acesso à documentação necessária.

É um projeto que muito nos agrada. Fomos convidados para oferecer o curso e o Judiciário e a SEJAP podem ficar cientes que a instituição SENAC é parceira, e forte. Começaremos com estes dois cursos, de comportamento e postura e depois de técnicas administrativas, mas o objetivo é ampliar ainda mais esse leque, destacou José Ahirton Lopes Batista, diretor regional do SENAC Maranhão.

É a primeira vez que tenho a oportunidade de realizar um curso de capacitação. Fui pai aos 14 anos, já fui morador de rua, passei um período da minha vida preso e agora pretendo me profissionalizar cada vez mais para conseguir um emprego, relata I.C.F., apenado que concluiu curso de Técnicas Administrativas.

Josicleia Viana, da equipe pedagógica do Senac, ressaltou que o SENAC se sente lisonjeado pela parceria que objetiva qualificar e dar oportunidade a um número crescente de pessoas, e que o mercado de trabalho está cada dia mais exigente. Espero que a parceria continue e desejo sucesso a todos os concludentes, explanou Josicleia durante o encerramento do curso.

Também presente no encerramento, a diretora da EGEPEN (Escola de Gestão Penitenciária), Maria Ideltrudes Freitas, disse que as portas da escola continuam abertas inclusive para a família dos apenados. A professora que ministrou o curso, Rosália Silva, relata que está muito feliz e realizada porque aprendeu muito com a turma. Todos deram um importante passo na sua qualificação e agora, cada vez mais, o futuro vai depender do esforço de cada um, completou.

A 2ª VEP já está com turma fechada para o curso de Panificação com carga horária de 60h, em parceria com o Movimento de Mulheres Vila Dom Luís, no bairro do Anjo da Guarda, previsto para início dia 23 de fevereiro e outro de fabricação de bombons de chocolates para data próxima à Páscoa.

Michael Mesquita//com informações da 2ª VEP (Luciane Oliveira)

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão asscom_cgj@tjma.jus.br www.facebook.com/cgjma

(98) 3198-4636/ 3198-4624

9ª Vara da Fazenda implantará programa de excelência de gestão

A 9ª Vara da Fazenda Pública de São Luís vai aderir ao Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, visando à melhoria da gestão voltada para resultados e com foco no cidadão. Nesta segunda-feira (09), os servidores e o juiz titular da unidade, Raimundo Nonato Neris Ferreira, participaram de reunião técnica com a coordenadora de Capacitação do Núcleo da Excelência Pública no Maranhão (NEP), Leidismar Nalasco, para definir os detalhes da adesão.

O juiz Raimundo Nonato Neris Ferreira explicou que a implantação do programa, entre outras melhorias, possibilitará à 9ª Vara da Fazenda o cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Tribunal de Justiça do Maranhão para 2015. Contribuirá, principalmente, para um melhor atendimento ao jurisdicionado, destacou o magistrado.

Após a adesão ao programa, segundo Leidismar Nalasco, os próximos passos serão a realização do diagnóstico organizacional; implantação das ferramentas de gestão como as pesquisas de satisfação e de cultura; e a implementação do planejamento estratégico com as metas e indicadores estabelecidos pela 9ª Vara da Fazenda, a primeira unidade judiciária no Maranhão a aderir ao programa criado em 2005 e que já conta com cerca de 100 organizações públicas no estado.

Para Felipe Fróes, assessor da 9ª Vara da Fazenda, a solução de muitos problemas enfrentados pelo Judiciário passa também pela gestão. Vamos aplicar esse programa para melhorar a gestão de nossa unidade judicial, implementando a cultura da excelência, acrescentou. A iniciativa busca maximizar os resultados gerenciais, simplificar e desburocratizar processos, baseando-se nos princípios constitucionais e na arte de gerenciar.

A coordenadora do NEP-Maranhão ressaltou que a 9ª Vara da Fazenda (unidade judiciária exclusiva de execução fiscal) estabeleceu estratégias para implantação do modelo de excelência, como a reestruturação física da unidade; reorganização e implementação do programa de qualidade 5S; criação da logomarca da vara; e definição de parcerias com outras instituições para melhorar o planejamento. Também implantará a reciclagem de papel, contribuindo para a responsabilidade e controle sociais.

9ª Vara da Fazenda implantará programa de excelência de gestão

A 9ª Vara da Fazenda Pública de São Luís vai aderir ao Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, visando à melhoria da gestão voltada para resultados e com foco no cidadão. Nesta segunda-feira (09), os servidores e o juiz titular da unidade, Raimundo Nonato Neris Ferreira, participaram de reunião técnica com a coordenadora de Capacitação do Núcleo da Excelência Pública no Maranhão (NEP), Leidismar Nalasco, para definir os detalhes da adesão.

O juiz Raimundo Nonato Neris Ferreira explicou que a implantação do programa, entre outras melhorias, possibilitará à 9ª Vara da Fazenda o cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Tribunal de Justiça do Maranhão para 2015. Contribuirá, principalmente, para um melhor atendimento ao jurisdicionado, destacou o magistrado.

Após a adesão ao programa, segundo Leidismar Nalasco, os próximos passos serão a realização do diagnóstico organizacional; implantação das ferramentas de gestão como as pesquisas de satisfação e de cultura; e a implementação do planejamento estratégico com as metas e indicadores estabelecidos pela 9ª Vara da Fazenda, a primeira unidade judiciária no Maranhão a aderir ao programa criado em 2005 e que já conta com cerca de 100 organizações públicas no estado.

Para Felipe Fróes, assessor da 9ª Vara da Fazenda, a solução de muitos problemas enfrentados pelo Judiciário passa também pela gestão. Vamos aplicar esse programa para melhorar a gestão de nossa unidade judicial, implementando a cultura da excelência, acrescentou. A iniciativa busca maximizar os resultados gerenciais, simplificar e desburocratizar processos, baseando-se nos princípios constitucionais e na arte de gerenciar.

A coordenadora do NEP-Maranhão ressaltou que a 9ª Vara da Fazenda (unidade judiciária exclusiva de execução fiscal) estabeleceu estratégias para implantação do modelo de excelência, como a reestruturação física da unidade; reorganização e implementação do programa de qualidade 5S; criação da logomarca da vara; e definição de parcerias com outras instituições para melhorar o planejamento. Também implantará a reciclagem de papel, contribuindo para a responsabilidade e controle sociais.

Informações sobre o programa podem ser acessadas no site www.nepmaranhao.jimdo.com

Valquíria Santana

Núcleo de Comunicação Fórum Des. Sarney Costa

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão asscom_cgj@tjma.jus.br asscomcgj@gmail.com
www.facebook.com.br/cgjma

(98) 3198-4636/ 3198-4624